



São Paulo, 17 de abril de 2019

Prezadas e prezados,

É com grande preocupação que o Forcine tem acompanhado fatos recentes relacionados à produção audiovisual e a participação da sociedade civil nas políticas públicas do setor.

Reconhecendo o potencial impacto negativo dos desdobramentos das recomendações do TCU na produção audiovisual do país, e sua consequente reverberação no ensino de cinema e audiovisual (com claras implicações na vida profissional de seus futuros egressos), o Forcine - representado por sua presidente Alessandra Meleiro -, após conhecimento do teor completo do acórdão expedido pelo TCU, participou de um qualificado debate com diversas entidades do setor no dia 05 de abril de 2019, em reunião ocorrida no Siae (Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo).

Elencamos abaixo pontos críticos levantados durante a reunião, e endossados por nossa entidade:

- 1. Apoio a ações de transparência no uso e gestão de recursos públicos em todas as instâncias;**
- 2. Necessidade de união de entidades representativas e setores produtivos das cadeias do audiovisual em relação a um posicionamento convergente de defesa da Ancine em diálogo com tais setores**, uma vez que o cumprimento integral das exigências do TCU inviabilizaria a prática cinematográfica, dotada de especificidades que não estariam contempladas nos questionamentos do órgão;
- 3. Urgência da ampliação do diálogo entre TCU e a sociedade civil a respeito das práticas da produção audiovisual e suas especificidades em relação a outros setores produtivos**, bem como de seus benefícios econômicos, culturais e políticos.

Sindicatos empresariais como Siae e Sicav, apoiados pelo Forcine e demais entidades do setor, encaminham ações concretas em três esferas, simultaneamente: jurídica, política e comunicacional - definidas em reunião do dia 10 de abril de 2019, ocorrida no Siae em São Paulo. Tais ações visam a defesa do cinema e do audiovisual brasileiros e o continuo desenvolvimento do setor e fortalecimento de seus agentes, enfatizando a importância da produção nacional, independente e diversa.

Vemos também com preocupação o anúncio do fim do apoio de estatais à cultura (abordada na fala do prof. Miguel Jost na [Comissão de Cultura do Congresso](#)). A situação se torna ainda mais grave após a publicação do **DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019** que extingue e estabelece novas regras e limita as ações dos colegiados da administração pública federal.

Na prática, tal medida ataca a participação social e democrática através do diálogo da sociedade civil com a administração pública federal e é repudiada por esta entidade.

Acreditamos nas escolas de cinema e audiovisual como um local de formação de agentes preparados técnica e eticamente para atuação no mundo do trabalho e construção de valores positivos para a nossa sociedade e é nesse sentido que convidamos todas as pessoas envolvidas com o ensino de cinema e audiovisual a se somarem a essa defesa. Uma ação que pretendemos desenvolver nos próximos dias é veicular pequenos vídeos (que podem ser captados por celular), abordando as especificidades do trabalho do audiovisual por professoras e professores que lecionem em áreas relativas à ética, legislação, políticas públicas, produção e realização audiovisual e convidamos as escolas a participarem e difundirem essa ação.

Diretoria Forcine